

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 522 - Brasília, sexta-feira, 15 de agosto de 1997



A Comissão de Assuntos Econômicos também autorizou ontem operações de crédito aos governos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro

## Comissão define prazo para pedido de refinanciamento

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que estabelece prazo de 45 dias, antes do vencimento dos títulos que serão refinanciados, para que estados e municípios remetam ao Banco Central a documentação necessária à instrução do processo e

à emissão do parecer pelo BC. A proposta, de Esperidião Amin, determina que, em caso de documentação incompleta ou incorreta, o processo deverá ser devolvido pelo Senado ao BC. O projeto será agora submetido ao plenário. **Página 6**

## Betinho, o valor de um homem

Oito senadores exaltam qualidades do sociólogo.  
**Página 4**

## Emendas à reforma da Previdência chegam a 34

*Discussão continua hoje e segunda-feira. Só ontem foram apresentadas 13 emendas ao substitutivo do senador Beni Vêras*

Chegaram a 34 as emendas de plenário apresentadas até ontem à proposta de reforma da Previdência, que terá hoje seu quarto dia de discussão e poderá receber emendas até nesta segunda-feira. Treze emendas foram apresentadas ontem pelos senadores Elcio Alvares, Ronaldo Cunha Lima, José Ignácio Ferreira, Carlos Wilson, José Eduardo Dutra, Esperidião Amin, Sebastião Rocha e Júnia Marise.

Entres as emendas, encontra-se a de Sebastião Rocha admitindo que um aposentado receba salário do governo desde que a soma não passe do teto de rendimentos. Júnia Marise propôs que professores universitários se aposentem com cinco anos a menos que os outros trabalhadores. **Página 3**



O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, entregou ao presidente da Câmara, Michel Temer, o expediente da proposta de emenda à Constituição, de sua autoria, que estabelece o efeito vinculante para decisões do STF. Ronaldo estava acompanhado do deputado Ivandro Cunha Lima e do prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima.

Em palestra promovida pela Associação dos Diplomados da ESG, o presidente do Senado enumerou os avanços conseguidos com as emendas constitucionais e defendeu quebra do sigilo bancário em situações de clara suspeita de crime

# ACM: moralidade é essencial à democracia

"O exercício da autoridade legítima e um compromisso rigoroso com a moralidade são condições essenciais para um país desenvolver-se em um ambiente democrático." A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao participar do Fórum de Debates "Contrato com o Brasil", promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), e transmitido, em circuito fechado de televisão, para 16 capitais brasileiras e a cidade mineira de Juiz de Fora.

O debate reuniu políticos, empresários, altos funcionários públicos, jornalistas e estudiosos dos problemas do desenvolvimento econômico, em torno do tema "O Estado democrático moderno, paternalismo e intervencionismo".

De acordo com Antonio Carlos Magalhães, a Constituição de 88 foi promulgada com muitos defeitos. Prova disso, argumentou, são as 16 mudanças que o Congresso já fez na Carta. "11 das quais na atual legislação". E são esforços como esses, acrescenta o parlamentar, destinados a contribuir com o empenho do país para supe-

rar atrasos e entraves ao seu pleno desenvolvimento, que projetam a importância e o trabalho do Legislativo brasileiro. "muitas vezes injustiçado pela mídia". O senador apontou a estabilidade da moeda, apesar dos sacrifícios que exige, como ponto de partida para o país reconquistar respeito e credibilidade internacionais. A sequência deve ser a conclusão de um processo de reformas que são fundamentais para a realização do potencial nacional de crescimento.

A reestruturação do Estado emerge gradativamente destas reformas, enfatizou Antonio Carlos, que as considera indispensáveis para promover o crescimento, evitando estagnação; defender a moeda e o poderio industrial e comercial do país; expandir a oferta de emprego; melhorar as condições de educação e saúde; estender e reequipar os sistemas de transporte e aumentar a participação nos bens culturais, entre outros objetivos. O senador lembrou, por exemplo, que a emenda 5, de 1995, tornou possível a concessão a empresas privadas do serviço de distribuição de gás. A de número 6 extinguiu o concei-



Antonio Carlos disse aos formados que o Legislativo já ofereceu condições para o governo promover a modernização

to de empresa brasileira de capital nacional, enquanto a emenda 7 acabou com a exclusividade de embarcações nacionais na navegação interior e costeira. A emenda 8, por sua vez, abriu as concessões dos serviços de telecomunicações para empresas privadas, enquanto a de número 9 extinguiu a exclusividade da Petrobrás para a pesquisa e exploração do petróleo.

Na avaliação do presidente do Senado e do Congresso, o Legislativo já ofereceu ao governo no-

vas e amplas condições para avançar suas propostas de modernização do Estado e desenvolvimento do país. Antonio Carlos alertou, no entanto, para a necessidade de se completar esse trabalho, avançando em propostas de reformas para a Previdência Social e a administração pública, juntamente com uma profunda revisão do atual sistema tributário.

Em dois outros pontos específicos o Congresso Nacional deve dar exemplo e contribuição,

acrescentou o parlamentar: na elaboração de uma lei eleitoral permanente e que contribua para o fortalecimento do sistema partidário e representativo, encerrando o atual sistema em que cada pleito exige a votação de uma lei específica; e pela votação de uma legislação que permita quebra do sigilo bancário em situações de clara suspeita de crime, com especial rapidez na esfera dos três Poderes.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 9h - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS, da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição; e da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de Previdência Social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

#### Segunda-feira (18.08.97)

##### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96, da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), e da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96).

#### Terça-feira (19.08.97)

##### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Discussão em turno único do "PDL nº 15/97, que aprova o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Finlândia, em Brasília, em 2 de abril de 1996; do "PDL nº 58/97, que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de

Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Paraguai, em Brasília, em 23 de outubro de 1996; e do "PDL nº 60/97, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da África do Sul, em Pretória, em 26 de novembro de 1996.

#### Quarta-feira (20.08.97)

##### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

O tempo da Hora do Expediente será destinado a homenagear o Dia do Maçom. Orador: José Roberto Arruda.

Ordem do Dia: Discussão em turno único do "PLC nº 98/96, que define competência e regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida, e "PLS nº 25/97-Complementar, que cria o Fundo de Terras.

#### Quinta-feira (21.08.97)

##### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 8/97, que dispõe sobre a implantação e a gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

#### Sexta-feira (22.08.97)

##### 9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### COMISSÕES

#### Terça-feira (19.08.97)

17h - CPI dos Precatórios  
**Pauta:** Reunião de trabalho. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães

**1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise

**1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

**2º Secretário:** Carlos Patrocínio

**3º Secretário:** Flaviano Melo

**4º Secretário:** Lucílio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emilia Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita**

**Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios**

**Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos**

**Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade**

**Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso**

**Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda**

**Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,**

**Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro**

**Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro**

**Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado**

**Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211**

**Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF**

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)



## Patrocínio: exemplo para o país Usina preservará meio ambiente, diz Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou que hoje a cidade de Palmas, capital do Tocantins, assistirá ao lançamento do edital de licitação da Usina de Lajeado, que, conforme acentuado, será construída com procedimentos de respeito ao meio ambiente e concluída dentro de cinco anos. Lembrando que apresentou projeto preconizando a existência de eclusas e equipamentos de proteção à fauna aquática quando da construção de barragens, ele disse que isso certamente não faltará nessa usina.

Na opinião de Carlos Patrocínio, com essas providências, o Tocantins estará dando um exemplo ao Brasil e não perpetrando um crime contra a natureza e o desenvolvimento racional.



Rocha condena centralização

## Rocha diz que PDT se afasta de governador

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem que o PDT se afastou da coligação que apoiava o governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), por causa do excessivo nível de centralização de sua administração. "O governador não permite o debate democrático com a participação dos partidos aliados", afirmou.

Rocha criticou o anúncio pelo governo estadual de uma pesquisa do Ibope, segundo a qual a administração de Capiberibe teria uma aprovação de 83%. "Fui atrás dos números oficiais e descobri que, na verdade, 37% desaprovavam o governador, portanto, não é possível que ele tivesse 83% de aprovação", salientou.

*Hoje será o quarto dia de discussão da emenda constitucional. Propostas de alteração no texto da reforma devem ser encaminhadas à Mesa até segunda-feira*

# Previdência já tem 34 emendas

Já chega a 34 o número de emendas apresentadas em plenário à reforma da Previdência. Hoje será o quarto dia de discussão da proposta de emenda constitucional e as emendas de plenário poderão ser encaminhadas à Mesa até a próxima segunda-feira.

Treze novas emendas foram encaminhadas ontem pelos senadores Elcio Alves (PFL-ES), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Carlos Wilson (PSDB-PE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Esperidião Amin (PPB-SC), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Júlia Marise (PDT-MG).

Entre as emendas está uma do

senador Elcio Alves que propõe a supressão do parágrafo que prevê proporcionalidade de tempo de serviço do funcionário público ao se aplicar o redutor de até 30% sobre o salário de quem pede aposentadoria. Para ele, é muito reduzido o número de servidores que sofrerão o corte de 30% nos proventos quando pedirem aposentadoria.

Esperidião Amin quer que o meior, o parceiro e o arrendatário sejam incluídos, ao lado de produtores rurais, no direito de receber aposentadoria aos 60 anos (homem) e 55 (mulher), mesmo sem as contribuições previdenciárias de 35 anos (homem) e 30 anos (mulher).

Sebastião Rocha quer mudar o parágrafo do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) que proíbe a percepção simultânea de aposentadorias do serviço público com algum salário pago por órgão público. Rocha admite que um aposentado receba salário do governo, desde que a soma não passe do teto para rendimentos para quem trabalha para o governo (deverá ficar em torno de R\$ 12 mil, valor a ser fixado pela reforma administrativa).

Já a senadora Júlia Marise apresentou emenda incluindo professores de curso superior entre os que podem se aposentar com cinco anos a menos que outros trabalhadores.

## Para Elcio, redutor afeta uma minoria

O senador Elcio Alves (PFL-ES), líder do governo no Senado, pretende suprimir emenda do senador Esperidião Amin (PPB-SC), aprovada pela CCJ, que prevê proporcionalidade de remuneração e tempo de serviço na aplicação do redutor de até 30% para servidores que se aposentarem após as mudanças constitucionais. Conforme o substitutivo, haverá redutor apenas para quem ganha acima de teto previdenciário a ser fixado pela reforma administrativa (R\$ 1.200,00).

Elcio justifica sua emenda afirmando que só 4,9% dos servidores federais ganham mais que R\$ 3.500,00 por mês. Assim, a seu ver, qualquer tabela de redução de



Elcio: em busca de acordo

proventos "difícilmente penalizará os servidores com remuneração inferior a R\$ 3.500,00 em proporção superior a 15% ou 20%". É válido antecipar que apenas

uma minoria bem diminuta de servidores virá a ser atingida em proporção próxima ao limite de 30% de redução máxima dos proventos em relação à remuneração - frisou.

O líder do governo disse, durante a sessão de ontem, que a afirmação contida no *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual a emenda do senador Esperidião Amin "desfaz" o substitutivo de Beni Veras (PSDB-CE), foi uma "interpretação jornalística". Ponderou, entretanto, que é preciso "encontrar um denominador comum" sobre a reforma da Previdência nas negociações com o governo, para que a proposta tenha "uma votação segura" no Senado.

## Dutra: pobre contribuirá por até 44 anos

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, afirmou ontem, durante o terceiro dia de discussão da reforma da Previdência pelo plenário, que as pessoas pobres, por começarem a trabalhar geralmente aos 16 anos de idade, poderão contribuir por até 44 anos para receber aposentadoria, aos 60 anos de idade, como prevê o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE).

Dutra assinalou que considera justo introduzir o fator idade mínima nas aposentadorias, mas acha que as pessoas de baixa renda deveriam ter o direito de pedir o benefício antes dos 60 anos. Para ele, pessoas da classe média geralmente começam a trabalhar entre 23 e 25 anos de idade. Assim, quando elas completarem 60 anos

de idade, terão contribuído de 35 a 37 anos para o sistema previdenciário, ou seja, de sete a nove anos a menos que trabalhadores de baixa renda.

Caso o relator não aceite emenda para reduzir a idade mínima para trabalhadores de baixa renda, na opinião de Dutra, poderá haver aumento na sonegação para o INSS e crescimento do mercado informal. "Isso pode levar o patrão a propor ao empregado com menos de 25 anos que os dois não paguem INSS, porque nessa idade a contribuição não contará para a aposentadoria", previu o senador.

- Não podemos nos esquecer que as pessoas de baixa renda têm uma expectativa de vida menor que trabalhadores de mais alta

renda, por causa de suas próprias condições de vida. Enfim, esses trabalhadores contribuirão por mais tempo e irão usufruir da aposentadoria por menos tempo - disse Dutra.



Dutra: tratamento diferenciado

## Amin cobra observância ao tempo de serviço

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou ontem, durante o terceiro dia de discussão da reforma da Previdência, que é inconstitucional desconsiderar o tempo de serviço dos servidores públicos na fixação do redutor de até 30% no salário para efeitos de aposentadoria, para quem ganha acima de R\$ 1.200,00.

Amin teve emenda acatada pelo relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, determinando que lei complementar considerará a proporcionalidade da remuneração e do tempo de serviço para quem se aposentar depois das mudanças.

Ele defendeu sua emenda em plenário ao discordar de uma declaração atribuída ao senador Elcio Alves (PFL-ES), líder do governo no Senado, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Conforme a notícia, Elcio teria afirmado que a emenda de Amin "desfaz" o substitutivo do relator Beni Veras.

- Não criei o redutor e nem tentei alterá-lo. Sobre ele não vou comentar. Mas se uma lei que regule um futuro redutor de aposentadoria não levar em conta o tempo de serviço diferenciado das pessoas, estará apenas sendo inconstitucional - disse Esperidião Amin. Na sua opinião, se um servidor tem 30 anos de serviço e outro tem apenas cinco anos, deve haver "tratamento equânime à vista do tempo de serviço já somado" ao se aplicar o redutor em seus pedidos de aposentadoria.

O senador afirmou ainda que vai defender sua emenda por estar convencido de que ela "é justa e boa para a Previdência". Para ele, a "enxurrada de pedidos de aposentadoria" que acontece neste momento pelo país "é decorrência do medo do desconhecido. Se o trabalhador souber que seu tempo de serviço vai ser respeitado, acho que terá menos pavor e poderá tomar uma decisão mais racional".

# Lembranças do irmão do Henfil

A primeira hora da sessão ordinária deliberativa de ontem foi dedicada a mais homenagens ao sociólogo Herbert de Souza, morto sábado passado, no Rio de Janeiro. Vários senadores se revezaram no microfone, lembrando a indignação, a coragem e a determinação daquela figura franzina que todo o país estava acostumado a ver e ouvir nos meios

de comunicação. Exilado durante o regime militar, desde a anistia, em 1979, Betinho vivia no Brasil conhecido nacionalmente como "o irmão do Henfil", graças à canção "O bêbado e a equilibrista". Um pouco da importância do mineiro de Bocaiuva, no interior de Minas Gerais, é contada nesta página, nos depoimentos de senadores que o conheceram.



**BENEDITA DA SILVA**

**"Ele ensinou a não ficar esperando as promessas"**

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que, por meio da sua ação unitária e solidária, Betinho construiu pontes e abriu caminhos, afastando a intolerância ideológica e o sectarismo político. "Ele representou uma luz na escuridão, mostrando que existe um outro caminho", garantiu.

Benedita entende que a ação de Betinho demonstrou que "o Brasil é viável e que o cidadão brasileiro participa, sabe tomar iniciativas e assumir responsabilidades. Com o seu exemplo, Betinho ensinou a não se ficar esperando as promessas do governo e nos deu lições de humanismo, de cidadania e de patriotismo".

Na opinião da senadora, o sociólogo deixou um patrimônio de coragem, coerência, persistência e confiança no ser humano. Benedita foi apartada pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Bernado Cabral (PFL-AM).



**SEBASTIÃO ROCHA**

**"É preciso globalizar os ensinamentos de Betinho"**

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou as lutas que Betinho travou ao longo da vida, falando sobre a trajetória do sociólogo desde a liderança que exerceu no movimento estudantil, até a fundação da Ação Popular em 1962, a participação no governo João Goulart e, recentemente, a criação da Ação da Cidadania contra a Fome.

Para o senador, Betinho deixa como legado uma série de campanhas que ganharam adesões em todo o país.

"Foi indiscutivelmente o marco fundamental da luta contra a fome, a Aids e a injustiça social", frisou. Rocha disse ainda que nesses tempos de globalização "é preciso globalizar os ensinamentos de Betinho".

Sebastião Rocha foi apartado por Marina Silva (PT-AC), Ademir Andrade (PSB-PA) e Júnia Marise (PDT-MG), que lembraram tanto a coragem de Betinho quanto sua humildade em reconhecer os erros.



**LÚCIO ALCÂNTARA**

**"Um homem comprometido com as causas sociais"**

Paz, resistência e mobilização, de acordo com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), são as palavras que definem o Herbert de Souza. Para ele, autor do requerimento de homenagem ao sociólogo, Betinho, "um homem profundamente comprometido com as causas sociais", fez da fragilidade de sua saúde um instrumento para mobilizar a sociedade.

O senador destacou a atuação política universitária, a filiação à Ação Popular e a formação religiosa de Betinho como fatores determinantes na construção "de uma personalidade capaz de impor suas convicções e propostas à comunidade".

Lúcio Alcântara disse que as campanhas e empreendimentos do sociólogo melhoraram as condições de vida da população brasileira. E ressaltou o movimento Ação da Cidadania contra a Fome, que, a seu ver, "sacudiu a bandeira da solidariedade" e refletiu a preocupação de Betinho com os excluídos.



**NEY SUASSUNA**

**"Ficava impressionado com sua transparência"**

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse durante a homenagem da Casa ao sociólogo Herbert de Souza que Betinho "deu toda a sua vida adulta pela luta do povo brasileiro". Suassuna lembrou que foi colega do sociólogo, por quatro anos, no Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro. "Ficava impressionado com sua transparência e com sua coragem", afirmou.

Outro fato lembrado pelo senador foi uma carta enviada por Betinho a ele, parabenizando-o pelo projeto de lei sobre o balanço social das empresas. "E isso aconteceu um pouco antes do seu falecimento, ou seja, mesmo nos últimos momentos de sua vida, Betinho se preocupava com o que se passava no Congresso Nacional", frisou Ney Suassuna.



**JOSÉ SERRA**

**"Não se orientava pela conquista do poder"**

Em sua homenagem a Herbert de Souza, com quem conviveu, a partir de 1962, "durante 11 anos, a maior ou menor distância geográfica, mas sempre de perto", o senador José Serra (PSDB-SP) destacou que Betinho não tinha vocação para político no sentido profissional do termo, postura que, assinalou, se tornou evidente nos últimos dez anos de vida.

Ele não precisava ser sempre "realista" nem eficaz do ponto de vista da marcha para o poder. Fazia a política que deveria incitar à indignação e à solidariedade. E nisto foi eficaz como ninguém disse.

Na opinião de Serra, como Betinho fazia uma política que não se orientava pela conquista do poder, não vivia o dilema "que infirma os políticos de tradição ideológica e doutrinária: trair ou perecer", ou seja, garantir e ampliar o poder às custas dos princípios, ou agarrar-se aos princípios e perder a luta.



**HUGO NAPOLEÃO**

**"Nele sobrava a noção do que é a cidadania"**

Pela liderança do PFL, o senador Hugo Napoleão (PI) homenageou "o sociólogo e humanista" Betinho dizendo que ele era a "síntese da cidadania". Isso quer dizer, conforme explicou o senador, que Betinho representava uma percepção da cidadania de que nem todos têm noção exata, pois incorporava o reconhecimento dos direitos dos próprios direitos, aliado ao respeito ao direito dos outros. "Essa noção sobrava em Betinho", reiterou.

O sentimento da nacionalidade manifesto nas homenagens prestadas a Betinho, conforme o senador, é de reconhecimento a uma vida dedicada à melhoria da vida dos desafortunados.

Em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que pediu manifestação do PFL a respeito de sua proposta de criar uma comissão temporária para analisar e propor soluções de superação da pobreza nacional, Napoleão disse que "a proposta é tão boa que deveria ser discutida com toda a bancada".



**EDUARDO SUPLICY**

**"A melhor homenagem é erradicar a miséria"**

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que "a melhor forma de o Senado homenagear o sociólogo Herbert de Souza seria "agir para a erradicação da miséria". Para isso, pediu o apoio da Casa à proposta de sua autoria que institui uma Comissão Temporária que, em 90 dias, apresentaria um diagnóstico sobre a incidência da fome no país.

Suplicy disse que 54 senadores já assinaram sua proposta e que está aguardando uma decisão do PFL, uma vez que o líder do partido, senador Hugo Napoleão (PI), ficou de ouvir a bancada sobre a prioridade da formação dessa comissão.

Ele destacou comentário de Betinho publicado pelo jornal *O Globo* de 20 de junho deste ano, no qual afirma que "o que intriga a pessoa comum é por que uma questão tão óbvia e necessária, a erradicação da miséria, não se transforma na agenda nossa de cada dia, na decisão cotidiana do presidente Fernando Henrique Cardoso, do Congresso, da Justiça, da mídia e de todos".



**ABDIAS NASCIMENTO**

**"O que o animava era a alma de artista"**

Ao homenagear o sociólogo Herbert de Souza, o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) apresentou uma carta enviada pelo homenageado a outro mineiro ilustre que morreu recentemente - o ex-senador Darcy Ribeiro. Nessa carta, Abdias disse que Betinho "mostrou claramente a alma de artista que animava seu ofício de sociólogo e político".

Referindo-se a uma polêmica em que Darcy Ribeiro se envolvera, Betinho dizia na carta lida por Abdias: "Você é de Montes Claros e eu sou de Bocaiuva. Sou mais importante que você por razão de nascimento, mas você não tem culpa. Você tem câncer e eu, além de hemofílico, tenho Aids. Ganhei mais uma vez".

Abdias leu a resposta de Darcy: "Agora, Betinho meu, os anos se somaram, tantos, e as dores, ainda suportáveis, anunciando dores maiores, e eu estou com medo de baquear. Antes que desgraça maior me aconteça, enfrentei a desgraça menor que é assumir que eu venho de longe e já fiz meus feitos".

*Juiz que deferir o pedido de adoção de criança brasileira por estrangeiro enviará cópia da sentença à embaixada ou consulado no país de destino*

## CRE aprova acompanhamento de adoção pelo serviço diplomático



Jonas: medida pioneira

### Jonas saúda criação de novo banco

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) anunciou ontem que o Banco Central autorizou a criação do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), medida que, a seu ver, representa uma iniciativa pioneira no campo do cooperativismo, a partir de uma associação de centrais cooperativas de crédito.

A iniciativa, na opinião do senador, está alinhada com a tendência mundial da agricultura moderna: a progressiva redução da participação estatal e, consequentemente, o aumento da participação da iniciativa privada na política agrícola.

Jonas Pinheiro disse que o Bancoob nasce como o 15º maior banco do país, com um patrimônio líquido de R\$ 350 milhões, R\$ 1 bilhão em operações e R\$ 500 milhões em depósitos.

O banco terá sede em Brasília e, como agências, as cooperativas de crédito, inicialmente no Distrito Federal e sete estados: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

### Gilvam intercede pela PM

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que é dever do Estado rever com urgência a situação salarial e as condições de trabalho da Polícia Militar. Na opinião do senador, "seria injusto não reconhecer propriedade às reivindicações dos policiais".

Gilvam destacou que, segundo estimativas, cerca de 250 mil policiais militares entraram em greve por questões salariais. De acordo com o senador, é preciso reconhecer que a maioria desses profissionais ganha mal e trabalha em condições precárias.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou na manhã de ontem substitutivo do senador José Agripino (PFL-RN) a projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que pretende coibir "o comércio perverso e o tráfico ilegal" de crianças brasileiras por "quadrilhas de profissionais infratores da legislação interna e dos princípios internacionais que regem a adoção".

Para isso, o projeto associa o Itamaraty à proteção das crianças brasileiras no exterior, modificando artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, a autoridade judiciária competente para deferir o pedido de adoção enviará cópia da sentença às embaixadas, consulados ou serviços diplomáticos brasileiros no país de destino da criança. Esses ficam obrigados a registrar, em ficha cadastral própria, todas



Agripino: sentido humanitário

as adoções que lhes forem comunicadas.

Consideramos a proposição válida e necessária, uma vez que, ao mesmo tempo em que demonstra preocupação das autoridades públicas pelo destino de brasileiros além de nossas fronteiras, não vai de encontro a nenhuma norma convencional ou costumeira que rege as relações inter-



Benedita: comércio perverso

nacionais. Não dá tarefas exorbitantes a nossos agentes diplomáticos, não desrespeita princípios de legislação alienígena nem incide sobre atribuições específicas dos Poderes da República - afirmou o relator.

A comissão também aprovou projeto da Câmara que dispensa a renovação da cédula de identidade e o recadastramento aos es-

trangeiros portadores de visto permanente que tenham sessenta ou mais anos ou sejam portadores de deficiência física.

O senador José Agripino, relator da proposição, disse que a medida "tem evidente sentido humanitário", pois poupará esses estrangeiros "do grande sacrifício representado pela necessidade de novo recadastramento e substituição de células de identidade".

Por outro lado, tal dispensa não traz qualquer comprometimento a eventual projeto de recadastramento e de nova identificação de estrangeiros levado a efeito pelo Departamento Federal de Justiça julgado oportuno e conveniente aos interesses nacionais - garantiu o relator.

As duas matérias dependem ainda de deliberação do plenário.

## Ministros explicarão a situação das polícias

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, também ontem e por unanimidade, requerimento de autoria do senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) solicitando a convocação do ministro Iris Rezende, da Justiça, e do ministro-chefe da Casa Militar da Presi-

dência da República, general Alberto Mendes Cardoso, para fazerem exposições sobre os problemas decorrentes da mobilização das polícias militares, suas reivindicações e a repercussão do tema sobre a segurança pública nacional. A princípio, o comparecimento das duas autori-

des deverá ocorrer na próxima reunião da CRE.

Na justificativa do requerimento, Jäder Barbalho, argumenta ser o Senado Federal "expressão igualitária dos estados e, portanto, representação e foro maior da Federação". Para encaminhar a discussão, usaram da pa-

lavra os senadores José Sarney (PMDB-AP), Emília Fernandes (RS), Benedita da Silva (PT-RJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), Ottoniel Machado (PMDB-GO) e José Agripino (PFL-RN), todos considerando oportuno o comparecimento dos ministros à comissão.



Joel de Hollanda já responde interinamente pela presidência, devido à doença de Artur da Távola

## Educação tem Hollanda como vice-presidente

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) foi eleito ontem vice-presidente da Comissão de Educação e já assume interinamente a presidência até o início de setembro, quando seu presidente, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), deverá retornar aos trabalhos. Távola está afastado por motivo de saúde.

Na sessão do plenário, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) comunicou à presidência que o partido decidiu indicar para compor a Comissão de Educação os senadores Romeu Tuma (SP), Romero Jucá (RR) e Edison Lobão (MA), este como suplente.

Estados e municípios deverão remeter documentação ao Banco Central 45 dias antes do vencimento dos títulos, conforme estabelece projeto de resolução aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos

## Pedido de refinanciamento terá prazo

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou projeto de resolução estabelecendo prazo de 45 dias, antes do vencimento dos títulos objeto de refinanciamento, para estados e municípios remeterem ao Banco Central a documentação necessária à instrução do processo e à emissão do parecer pelo BC.

De acordo com o projeto, apresentado pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), em caso de envio incompleto ou incorreto ao Senado Federal da documentação relativa a qualquer operação de crédito, o processo deverá ser devolvido ao Banco Central, que deverá providenciar junto ao estado ou município interessado o ajuste da documentação.

O projeto de resolução foi apresentado por Amin em parecer sobre ofício em que o Banco Central prestou informações a



Amin: tramitação mais tranquila respeito de atraso na análise de pleitos de estados e municípios e solicitou o estabelecimento de prazo para que as unidades da Federação entregassem à instituição a documentação necessária.

O ofício foi enviado depois que o presidente do Senado chamou a atenção para o fato de que o Banco Central havia encaminhado seus pareceres sobre a rolagem das dívidas mobiliárias do

estado e do município do Rio de Janeiro às vésperas do vencimento dos títulos.

No ofício, o BC sustentou que muitas vezes os pedidos são encaminhados com documentação incompleta ou incorreta, implicando a exigência de novos documentos e a fluência de novos prazos para análise e formulação do parecer final.

No parecer, Amin recomenda ao Banco Central "que deixe claras as razões que determinarem possíveis atrasos na emissão de seus pareceres, quando couber responsabilidade aos estados e municípios pleiteantes". Debateram a matéria os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O projeto será submetido ainda ao plenário do Senado.



José Serra (D) preside a reunião da CAE, ao lado de Fernando Bezerra e Elcio Alvares

## Audiência sobre questão agrária será dia 26

No próximo dia 26, a Comissão de Assuntos Econômicos realizará audiência pública para debater projetos relativos à legislação agrária que tramitam no Congresso Nacional e a iniciativa do governo denominada "Cédula da Terra".

Participarão da reunião, sugerida pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), o ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, o presidente do Inera, Milton Seligman, representantes do Movimento do Fundo da Terra, foi acertada a audiência pública para um debate sobre essa matéria e sobre outras relacionadas à questão agrária: "a audiência pública poderá enriquecer as discussões que vêm sendo travadas nesta comissão".

de Alta Floresta (MT). Por sugestão do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), também será convidado para a audiência pública o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Na justificativa do requerimento, Suplicy e Jonas Pinheiro lembraram que por ocasião da discussão, na CAE, do crédito externo destinado a financiar o Fundo da Terra, foi acertada a audiência pública para um debate sobre essa matéria e sobre outras relacionadas à questão agrária: "a audiência pública poderá enriquecer as discussões que vêm sendo travadas nesta comissão".



Fogaça: destaque para certidões comprovando a autenticidade de precatórios

## Governo gaúcho pode emitir Letras do Tesouro

Projeto do senador José Fogaça (PMDB-RS), com emendas do senador Esperidião Amin (PPB-SC), autorizando o governo do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do estado (LFTRS) foi outra matéria aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos. Os recursos serão destinados à liquidação da 8ª parcela e da correção monetária das 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais.

De acordo com o projeto, serão emitidas 12.487 LFTRS, modalidade nominativa-transferível, rendimento igual ao das Letras Financeiras do Tesouro, prazo de cinco anos e valor nominal de R\$ 1.000,00 (Cetip). A forma de colocação dos títulos será a de oferta pública.

O projeto estabelece ainda que, no prazo máximo de cator

dias após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada, o Banco Central encaminhará ao Senado, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final e até a venda definitiva. Prevê também que o estado do Rio Grande do Sul enviará ao Senado, igualmente para exame da CAE, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos.

No parecer, Fogaça considerou importante destacar a existência de certidões que comprovam a autenticidade dos débitos de precatórios judiciais, para cuja liquidação é solicitada a emissão de títulos, "o que se constituiu em prática permanente do estado do Rio Grande do Sul, conforme já comprovado junto à CPI dos Precatórios".

## Empréstimos autorizados aceleram o metrô do Rio

A Comissão de Assuntos Econômicos também acolheu, na reunião de ontem, pareceres favoráveis a duas solicitações do governo do Rio de Janeiro para que o estado possa contratar operações de crédito junto ao BNDES, nos valores de R\$ 160 milhões e de R\$ 56,97 milhões, respectivamente, destinados à conclusão de investimentos previstos no Projeto de Recuperação Operacional, Consolidação e Expansão do Metrô da capital. As duas matérias foram relatadas pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A comissão aprovou, ainda, parecer favorável do senador Ney Suassuna a outra solicitação do governo do Rio de Janeiro, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível ao longo do segundo semestre deste ano.

## CMO discutirá Orçamento de 98 em cinco capitais

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou ontem que, consolidando a prática inaugurada pela comissão no ano passado, a proposta orçamentária para 1998 será previamente discutida em reuniões regionais, a serem realizadas em cinco capitais a partir de 15 de setembro.

As capitais e respectivas regiões que sediarão as audiências públicas serão as seguintes: Belém, João Pessoa, Goiânia, Belo Horizonte e Curitiba. A sequência de realização das reuniões ainda será definida.

Suassuna informou também que, de 8 a 10 de setembro, a



Suassuna: presença ministerial

comissão realizará audiências públicas com os ministros do Planejamento (Antônio Kandir), Previdência (Reinhold Stephanes), Transportes (Eli-seu Padilha), Saúde (Carlos Albuquerque), Educação (Paulo Renato Souza) e Meio Ambiente (Gustavo Krause).

## Jáder discorda de tratamento a São Paulo

O senador Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, afirmou ontem, durante votação de requerimento de urgência para que entrasse na ordem do dia resolução sobre endividamento do governo paulista, que "não aceita tratamento diferenciado para São Paulo". Informou que São Paulo está renegociando sua dívida com o governo federal para pagamento em 30 anos, quando o Pará e outros estados do Norte-Nordeste puderam renegociar o pagamento em apenas 15 anos.

O líder peemedebista fez seu protesto quando a presidência colocou em votação requerimento para dar urgência a uma emenda que altera uma resolução do Senado (86/97), a qual autoriza o processo de refinanciamento de dívidas de São Paulo junto ao Banespa e à Caixa Econômica paulista. A emenda, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), pretende excluir da renegociação R\$ 2,9 bilhões de dívidas trabalhistas do Banespa. O relator da matéria na CAE, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), deu parecer contrário à emenda de Amin, o que foi aceito pela comissão.

Na sessão de ontem à tarde, as lideranças apresentaram requerimento de urgência para votação do parecer de Waldeck Ornelas sobre a matéria. Depois de ler o relatório de Waldeck, o senador Jáder Barbalho anunciou por que retirava a assinatura do PMDB para a urgência:

"O senador Waldeck nos alerta que há uma discriminação em relação aos outros estados. O Senado não pode aceitar isso. São Paulo, além de contar com 30 anos para pagamento, será obrigado a destinar apenas 13% de sua receita líquida para essa dívida. Os outros estados, incluindo o Pará, ficaram obrigados a destinar 15%.



Jáder: contra discriminação



No plenário, o debate sobre os novos rumos da Previdência Social começou na terça-feira e deve prosseguir hoje e segunda-feira

*Rigor contra a intermediação de verbas públicas e aprovação em segundo turno do efeito vinculante marcam trabalho do plenário, que também discute a Previdência*

# Semana de decisões importantes

## Congresso derrubou vetos e votou MPs

O plenário do Congresso realizou importantes votações esta semana, ao derrubar na sessão de terça-feira os vetos presidenciais ao projeto de lei sobre planejamento familiar, que permite a esterilização voluntária a partir dos 25 anos, e aprovar três medidas provisórias.

Com 452 parlamentares presentes em plenário, a apreciação dos vetos reuniu, no Senado, 51 votos favoráveis e quatro contrários, enquanto, na Câmara, 344 deputados ficaram a favor e 53 contra.

Uma das medidas aprovadas autoriza o Executivo a transferir para a União, mediante ressarcimento, a propriedade das ações classe "A" do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), pertencentes ao INSS e representando 50% do capital social do IRB. Outra reduz a zero o Imposto de Renda na fonte incidente sobre rendimentos auferidos por residentes ou domiciliados no exterior.

Foi aprovada também medida provisória dispensando do cumprimento das exigências previstas em operações financeiras com órgãos ou entidades da administração federal o empréstimo de R\$ 150 milhões do BNDES à Companhia Docas do Rio.

## COMISSÕES TIVERAM INTENSA ATIVIDADE

À semelhança do plenário, as comissões do Senado tiveram uma semana de intensa atividade. Na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou, por unanimidade, parecer do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) considerando válido o relatório apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) à CPI dos Precatórios.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou na terça-feira pareceres favoráveis a solicitações dos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso para emissão de Letras Financeiras destinadas à rolagem de suas dívidas mobiliárias.

No mesmo dia, a CAE aprovou ainda parecer favorável a solicitação do governo de Alagoas sobre aditamento a contrato de operação de crédito firmado junto à CEF. A comissão também aprovou mensagem do Executivo relativa à programação monetária do terceiro trimestre de 1997. A CAE também esteve reunida ontem, tendo aprovado diversas matérias (veja página 6).

Na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou, em

caráter terminativo, dois projetos: um do senador Valmir Campelo (PTB-DF), que determina a criação de um conselho de idosos em todos os municípios, e outro do senador João Rocha (PFL-TO), tornando obrigatório o exame, pela CAS e pela Comissão de Trabalho da Câmara, das decisões do Conselho Curador do FGTS que alterem a distribuição de recursos do fundo.

Também na quarta-feira, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo se-

### Exame de solicitações dos estados, decisão sobre CPI e análise de projetos - eis o trabalho das comissões

gador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou, em caráter terminativo, substitutivo do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a projeto de lei que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou substitutivo a projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que pretende coibir o tráfico ilegal de crianças (veja matéria na página 5), entre outras propostas.

O Senado votou esta semana várias matérias importantes, ao mesmo tempo em que começava a discussão, em primeiro turno, da reforma da Previdência. Na terça-feira, foi aprovada, em segundo turno, a emenda constitucional que institui o efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal para os demais órgãos do Judiciário e da administração direta e indireta. A emenda depende ainda de votação na Câmara dos Deputados.

Também na terça, o plenário aprovou a indicação do nome do economista Gustavo Franco para presidir o Banco Central, por 56 votos favoráveis, dez contrários e uma abstenção.

Na quarta, os 72 senadores presentes aprovaram, por unanimidade, projeto de lei complementar estabelecendo que o responsável pelo pagamento de intermediação para recebimento de verbas por órgão público será processado por improbidade administrativa. A matéria ainda deverá seguir para a Câmara, depois de ser submetida a votação complementar.

A discussão da reforma da Previdência pelo plenário, iniciada na terça, continua nas sessões de hoje e de segunda-feira, quando a proposta será devolvida à CCJ, para exame das emendas oferecidas ao parecer do senador Beni Veras (PSDB-CE). Até o final da tarde de ontem já haviam sido apresentadas 34 emendas.

## Benedita elogia acordo no estaleiro Verolme

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) elogiou ontem o acordo da Petrobrás com os trabalhadores em greve do estaleiro Verolme, do Rio de Janeiro, no sentido de pagamento de FGTS e indenizações. A senadora explicou que haverá 1,5 mil demissões no estaleiro em virtude de mudança do controle acionário do Verolme.

Segundo Benedita, a Petrobrás assumiu depositar 50% do FGTS hoje, quando será entregue a primeira plataforma e mais 50% em setembro. "A Petrobrás comprometeu-se ainda a entrar com recursos para garantir as indenizações, evitando assim que mais de 1,5 mil trabalhadores sejam despedidos sem nada", in-

formou.

A senadora apelou ao ministro da Indústria e do Comércio, Francisco Dornelles, e ao BNDES para que busquem soluções a fim de garantir a continuidade do estaleiro Verolme. Para Benedita, a bancada do Rio de Janeiro e os sindicatos também devem defender a indústria naval do estado.

- Os estaleiros nacionais não têm garantias para participar das licitações, as empresas estrangeiras apresentam valores bem abaixo das brasileiras e a Petrobrás é obrigada a ficar com o menor preço. Ou muda a lei das licitações com relação à empresa nacional ou esta tão falada competitividade sem sustentabilidade levará a um verdadeiro caos - assinalou.

## Ademir faz reparos ao Cédula da Terra

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem o programa Cédula da Terra, lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e que permitia aos interessados em comprar um pedaço de terra a obtenção de um financiamento com regras flexíveis e um prazo de carência de três anos



Ademir critica FHC

para o início das prestações. O parlamentar sugeriu que os financiamentos sejam concedidos a associações de trabalhadores e não individualmente, a fim de propiciar o assentamento de muitas famílias.

Ademir lamentou o fato de o Pará não estar na lista dos primeiros estados a serem contemplados pelo programa. Conforme Ademir Andrade, o governo vai começar a conceder esses financiamentos no Maranhão, Ce-

ará, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, negligenciando o fato de que os lugares mais convulsionados pela questão fundiária no Brasil são o Pará e o Pontal do Paranapanema, em São Paulo.

- Por que o governo decidiu começar a aplicação do programa por áreas não convulsionadas?

Essa é uma das razões para o meu protesto - disse o parlamentar. Ele também condenou o fato de o governo estar dando a opção de transferência de terras produtivas para o prosseguimento da produção.

Ademir lamentou a forma como o presidente Fernando Henrique Cardoso dirigiu-se à oposição no discurso em que lançou o programa. O senador disse que o desejo da oposição é que Fernando Henrique promova de fato a reforma agrária.

Segundo o senador, enquanto toda a população se beneficia das conquistas do Plano Real, o ônus recai apenas sobre uma categoria

## Freitas cobra reajuste para servidor público

O senador Freitas Neto (PFL-PI) pediu ontem a concessão de reajuste salarial para os servidores públicos, assinalando que, enquanto praticamente toda a população se beneficia das conquistas garantidas pelo Plano Real, o ônus se concentra apenas na categoria dos servidores públicos.

- Não defendemos a reindexação salarial. Desejamos apenas que os sacrifícios impostos pela política econômica deixem de concentrar-se apenas sobre um segmento da população brasileira. Algum tipo de reajuste deve ser concedido aos servidores públicos - defendeu.

Freitas Neto disse que o setor privado conseguiu encontrar fórmulas para recompor os salários



Freitas não quer reindexação

de seus empregados.

Segundo o senador, somente os funcionários dos três níveis do poder público "amargam hoje o bloqueio não apenas de qualquer correção salarial como até mesmo de qualquer negociação a respeito". A seu ver, "o governo fede-

ral não reajusta, não corrige, não discute. E o mesmo acontece nos planos estadual e municipal", afirmou.

Na opinião de Freitas Neto, existe espaço para algum tipo de recomposição salarial para os servidores públicos. A propósito, informou que o peso da folha de pagamento do funcionalismo sobre o total de gastos públicos não é tão grande quanto se diz. O senador entende que o conjunto dos salários dos servidores públicos, aí incluídos os inativos, fica abaixo de 40%, não chegando sequer perto dos limites de comprometimento fixados pela Constituição e pela legislação complementar.

## Requião divulga documento "Alerta Vermelho, Paraná"

Para sustentar que atualmente o Paraná dispõe apenas de R\$ 0,58 para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que o seu estado se encontra insolvente e, para comprová-lo, apresentou o documento "Alerta Vermelho, Paraná", assinado por ele e por toda a bancada do PMDB paranaense. Seguem os principais pontos do documento:

**ALERTA** - "Análise do Balanço Geral de 1996, apresentado pelo governo do estado, e dos primeiros demonstrativos financeiros de 1997 coloca o nosso Paraná em alerta vermelho."

**PROPAGANDA** - "O governo gastou em 1996, na administração direta e indireta, R\$ 100.290.185,60 com divulgação e propaganda. Ou seja, em um ano, o atual governo gastou 13 vezes mais do que o governo anterior no mesmo período."

**SAÚDE** - "Com a saúde, o governo gastou R\$ 103 milhões, incluindo despesas com pessoal. Ou seja, gastou com os 8.700.000 habitantes do Paraná, em saúde, de recursos próprios, apenas três milhões a mais do que em propaganda. (...) Para o governo, o nível de prioridade de propaganda é igual ao de saúde.

(...) No ano de 96, o estado do



Requião: análise do governo

Paraná repassou para 199 hospitais material de consumo hospitalar no valor de R\$ 556.800,00. No entanto, pagou pela terceirização de marcação de consultas R\$ 5.580.000,00 (...) - portanto, mais de 10 vezes do que repassou para os hospitais."

**DESPERDÍCIO** - "Os 100 milhões gastos em propaganda poderiam pagar 27 mil km de readequação de estradas rurais (a preços do governo Requião), ou 25 mil casas populares de 52m<sup>2</sup> (também a preços do governo Roberto Requião), ou 10 mil carros populares, ou poderiam alavancar um bilhão de reais que financiariam 100 mil pequenos agricultores em um programa, de equivalência em produto, como o Pênela Cheia do governo Roberto Requião."

**FOLHA** - "A folha de pagamento de janeiro a maio de 97, incluída

a provisão para o décimo terceiro salário, compromete 95% da Receita Líquida Disponível, contra os 60% no final de 94, quando o governador Jayme Lerner assumiu." (...)

**INCÚRIA** - "Em 1994, no que se refere a compromisso de curto prazo, o Paraná tinha R\$ 1,15 para cada real de dívida; em 95, R\$ 1,03 para cada real de dívida; em 96, o equilíbrio se desfaz e o estado tem apenas R\$ 0,58 para cada real, tornando-se pois insolvente."

No Balanço Geral de 1994, o estado, que não vendeu bens de capital (governo Roberto Requião), teve um superávit de R\$ 6.108.000,00. Já em 95, governo Jayme Lerner, o déficit foi de R\$ 30.009.000,00. Em 96, o déficit do Balanço Geral é de R\$ 254.614.000,00 (...), mais R\$ 40 milhões de débitos estornados, mesmo com a venda das ações da Copel (R\$ 400.000.000,00) ou seja, um déficit de R\$ 694 milhões se estornarmos as vendas das ações."

**DÍVIDA** - "A dívida pública do Paraná, que em 1994 era de R\$ 1.395.684.928,99, saltou para R\$ 2.403.921.000,00, apesar do aumento real de 91,67% na receita global do estado, no mesmo período."

## Senado prestará homenagem a Vargas

Os discursos da primeira hora da sessão do próximo dia 27 serão destinados a homenagear o ex-presidente Getúlio Vargas, pelo transcurso do 43º aniversário de

suá morte. Requerimento com essa finalidade, apresentado pela senadora Emília Fernandes (RS), foi aprovado ontem pelo plenário.